



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular nº 450/2025

Brasília (DF), 16 de outubro de 2025.

Às Seções Sindicais, Secretarias Regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

Assunto: Envia o relatório do VIII Seminário Estado e Educação do ANDES-SN.

Companheiras(os),

Encaminhamos o relatório do **VIII Seminário Estado e Educação do ANDES-SN**, realizado nos dias 4 e 5 de abril de 2025, na Sede da ADUFU, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Herrmann Vinicius de Oliveira Muller
2º Secretário

RELATÓRIO DO VIII SEMINÁRIO ESTADO E EDUCAÇÃO DO ANDES-SN

Dias 4 e 5 de abril de 2025

Local: Sede da ADUFU

Presentes da Diretoria: Alexandre Galvão Carvalho (2º Secretário do ANDES-SN), Annie Schmaltz Hsiou (3ª Secretária do ANDES-SN), Clarissa Rodrigues (2ª Vice-Presidenta da Regional Leste), Cláudia Lino Piccinini (1ª Vice-Presidenta da Regional Rio de Janeiro), Emerson Duarte Monte (2º Vice-Presidente da Regional Norte II), Fernanda Ferreira Belo (1ª Secretária da Regional Planalto), Gisvaldo Oliveira da Silva (3º Tesoureiro do ANDES-SN), Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2ª Vice-Presidenta da Regional Nordeste I) e Raquel Dias Araújo (1ª Vice-Presidenta do ANDES-SN).

Presentes das seções sindicais: ADCAC - Cláudia Lucia Costa e Camila Aparecida de Campos; ADUA - Patrício Freitas de Andrade; ADUEG - Marcelo Moreira e Ângelo Cavalcante; ADUEMG - Ana Carolina Devides Castello; ADUENF - Maria Raquel Garcia; ASDUERJ - Amanda Moreira da Silva e Devison Daniel Rodrigues Silva; ADUFDOURADOS - Noêmia dos Santos Pereira Moura; ADUFES - Priscila Monteiro Chaves; ADUFF - José Antônio e Souza, Raul Nunes de Oliveira, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa e Sérgio Ricardo Aboud Dutra; ADUFLA - Jacqueline Magalhães Alves; ADUFMS - Mariuza Aparecida Camillo Guimarães e José Roberto Rodrigues de Oliveira; ADUFOP - Kathiuça Bertollo e Gilberto Januário; ADUFPA - Simone Negrão de Freitas e Jackson Costa Pinheiro; ADUFPEL - Norlai Alves Azevedo e Valdelaine da Rosa Mendes; ADUFPI - Maria Escolástica de Moura Santos; ADUFRJ - Adriana Patrício Delgado e Renata Flores; ADUFS-BA - Edson do Espírito Santo Filho e Marilene Lopes da Rocha; ADUNEB - Clóvis Piau Santos; ADUNICAMP - Elaine Prodóximo; ADUR-RJ - Liz Denize Carvalho Paiva e Nadia Maria Pereira de Souza; ADUSB-BA - Lídia Nunes Cunha, Marcia de Oliveira Menezes; ADUSC - Camila Gusmão; APROFURG - Leonardo Dorneles Gonçalves; APRUMA - Cristina Cardoso de Araújo, Marise Marçalina de Castro Silva Rosa, Lucelma Silva Braga e Claudio Anselmo de Souza Mendonça; SEDUFSM - Belkis Souza Bandeira e Maristela da Silva Souza; SINDOIF - Stefan Chamorro Bonow; SINDUECE - Gislaine Alves de Oliveira; SINDUFAP - André Rodrigues Guimarães; UFG - Lucinéia Scremen Martins; UFPE - Paulo Rubem Santiago Ferreira; ADUFU - Alex Cristiano de Souza, André Luiz Sabino, Elisângela de Azevedo Silva Rodrigues, Fernanda Cristina de Campos, Frank José Silveira Miranda, Haroldo de Resende, Henrique Dantas Neder, Iara Maria Mora Longhini, João Batista Domingues Filho, Leonardo Segura Moraes, Leonice Matilde Richter, Marina Ferreira de Souza Antunes, Mariza Barbosa de Oliveira, Myrtes Dias da Cunha, Neli Edite dos Santos, Olenir Maria Mendes, Paulo Cesar Peres de Andrade, Ricardo Francisco Brocenschi, Robson Carlos Antunes, Suely Aparecida Gomes, Sumaia Barbosa Franco Marra, Teodulo Augusto Campelo de Vasconcelos, Valéria Aparecida Dias Lacerda de Resende, William Rodrigues Ferreira, Aline da Silva Nicolino, Klívia de Cássia Silva Nunes, Maria Isabel de Araújo, Tatiani Rabelo Lapa Santos, Thais Cristina de Oliveira Rodrigues, Rodrigo Freitas Rodrigues, Luiz Caetano de Salles, Patrícia Vieira Trópia e Patrícia Emanuelle Nascimento.

A atual conjuntura reclama a necessidade de resgate histórico das formulações gerais sobre a defesa do projeto classista de educação, que se confronte com as contrarreformas neoliberais instaladas no país nos idos da década de 1990 e alargadas ao longo do século XXI, nos diversos governos nacionais, estaduais e municipais.

Nesta direção, a disputa por um novo Plano Nacional de Educação, para ordenar a política educacional do país, se mostra, uma vez mais, como demanda presente, que deve movimentar o conjunto da base da categoria docente do magistério superior, que se organiza no ANDES – Sindicato Nacional, em ampla unidade com as demais entidades da educação nacional – FASUBRA, SINASEFE e UNE – assim como costurando laços de ação com as trabalhadoras e os trabalhadores da educação nos estados e municípios.

O Seminário Estado e Educação, organizado pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES – Sindicato Nacional, surge como proposição da base da categoria, no 56º CONAD, para iniciar o debate e a disputa referente a atualização do PNE, a partir da construção do Seminário Nacional sobre Estado e Educação, com direcionamento para o tema do PNE 2011-2020.

O Seminário ocorreu no dia 4 de maio de 2012, realizado em Foz do Iguaçu (PR). No mesmo ano, o II Seminário foi realizado, durante os dias 27 e 28 de outubro, no Campus Ondina da UFBA, e contou com mesas que debateram temas articulados entre Educação Superior e Educação Básica, Técnica e Tecnológica, no âmbito da formação docente, das políticas de estado na perspectiva do PNE e do papel da EAD nas políticas de Estado. Os debates realizados foram significativos, trazendo à tona a condição do ensino em diferentes níveis e o papel da formação docente, destacando a importância de um projeto nacional voltado à valorização da educação. Enfatizou-se a união com movimentos sociais e sindicais, buscando melhorias nas condições de trabalho e carreira das(os) professoras(es), incluindo salários justos. Além disso, abordou-se a necessidade de investimentos públicos que garantam uma educação de qualidade, sem se submeter à lógica do capital. Por fim, o encontro reforçou a posição contrária do ANDES-SN às políticas de Educação a Distância, que já favoreciam os interesses privados e contribuem para ampliar a precarização do trabalho docente.

O III Seminário Estado e Educação, realizado nos dias 13, 14 e 15 de setembro de 2013, em Viçosa (MG), teve, na mesa de abertura, o tema “Estado, Educação e a luta das(os) trabalhadoras(es): as perspectivas para o Encontro Nacional de Educação”, em ampla sintonia com as mesas que seguiram, ao tematizar as condições de trabalho nas IEES públicas, as políticas de financiamento da educação pública e o PNE, a política de formação docente, os EBTT e as políticas de formação docente nas licenciaturas.

Dessa forma, o III Seminário Estado e Educação debateu a importância da construção e realização do Encontro Nacional de Educação, pautando como objetivo principal a mobilização e o fortalecimento da base da categoria para a luta contra políticas governamentais que vinham sendo implementadas de forma fragmentada, no sentido de aprofundar a mercantilização da educação e a precarização das condições de trabalho e ensino.

Realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis (SC), o IV Seminário Estado e Educação ocorreu nos dias 29 e 30 de maio de 2015, com o tema central “A contrarreforma do Estado e os impactos na educação pública”. Foi o

primeiro seminário a apresentar um Caderno de Textos para ordenar os debates em três eixos:

1. PNE: mercantilização e ressignificação do caráter público da educação;
2. Trabalho docente, carreira e produtivismo;
3. Internacionalização.

Dessa forma, contou com o envio de 7 textos das Seções Sindicais e da base da categoria.

A partir do debate do Caderno de Textos em cinco Grupos de Trabalho (EAD: política educacional e precarização do trabalho docente; reformas curriculares nos cursos de formação de professoras(es); PNE: mercantilização e ressignificação do caráter público da educação; trabalho docente, carreira e produtivismo; internacionalização da educação), foram construídas sínteses que expressam os princípios a serem defendidos para a defesa das mudanças na política educacional, com base em um projeto de educação pública, gratuita, laica e com qualidade social.

O V Seminário Estado e Educação foi realizado nos dias 4, 5 e 6 de maio de 2017, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória (ES). O tema geral do Seminário foi “A Educação como Direito e como Prática da Liberdade” e teve como objetivo central analisar, de forma crítica, as políticas públicas educacionais em vigor e as propostas que se encontram tramitando nos vários espaços deliberativos, como Ministério da Educação e o Congresso Nacional.

As mesas de debate do V Seminário Estado e Educação centraram no campo do financiamento da educação face ao ajuste fiscal, na internacionalização e mercantilização da educação, na ofensiva conservadora na educação, com foco para o projeto Escola Sem Partido, na BNCC e reforma do ensino médio, e o eixo da educação inclusiva numa sociedade excludente.

Com o objetivo de debater “A contrarreforma da educação brasileira em tempos de pandemia”, o VI Seminário Nacional Estado e Educação foi realizado nos dias 24 e 25 de setembro de 2021, de forma remota. A centralidade do Seminário foi as ações do sindicato frente ao cenário pandêmico e os enfrentamentos ao governo genocida em curso no país, a partir do tema central, e o aprofundamento desse eixo nas mesas que trataram do “Trabalho na educação básica e no ensino superior: ensino remoto, retirada de direitos e precarização do trabalho docente, assédio moral e adoecimento” e do “Financiamento público e cortes de verbas para educação, ciência e tecnologia”.

O VII Seminário Estado e Educação ocorreu no período de 10 e 11 de março de 2023, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Fortaleza (CE), sediado pela SINDUECE, com o tema “O Projeto do Capital para a Educação: Como enfrentá-lo?”. No Seminário foi possível debater a Reforma do Ensino Médio, a defesa das cotas a partir do marco geral de 10 anos da política de Cotas, a Militarização e a ofensiva neoliberal nas escolas, além da Educação à Distância, Plataformização, o ensino remoto emergencial e o ensino híbrido.

A síntese apontada na plenária final, a partir do acúmulo realizado nas Mesas de Debate e nos Grupos de Trabalho, centrou-se na revogação imediata e completa do Novo Ensino Médio, contra a parceria público-privada na educação, contra as políticas de metas

de produtividade que dividem a categoria com prêmios e bônus e impulsionar a valorização das(os) professoras(es) a partir da política salarial.

Portanto, em sintonia com as formulações históricas do Seminário Estado e Educação e imerso no cenário de revisão do Plano Nacional de Educação, numa conjuntura em que se tem um Congresso Nacional extremamente reacionário e privatista, torna-se necessário aprofundar o debate sobre o projeto classista de educação e a definição das táticas de enfrentamento às contrarreformas neoliberais que seguem em curso.

Esse é o papel que foi cumprido pelo VIII Seminário Estado e Educação do ANDES-SN, realizado nos dias 4 e 5 de abril de 2025, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sediado pela ADUFU – Seção Sindical, com o tema central “A construção do projeto classista de educação e o enfrentamento às contrarreformas neoliberais”.

PROGRAMAÇÃO - VIII SEMINÁRIO ESTADO E EDUCAÇÃO

A construção do projeto classista de educação e o enfrentamento às contrarreformas neoliberais

4 de abril

Manhã

9h - Mesa de Abertura

MST, APG/UFU, SINDICATO TÉCNICOS DA UFU - SINTET, FASUBRA, ADUFU, REGIONAL LESTE DO ANDES-SN, VICE-REITORA DA UFU, ANDES-SN

10h às 12h - Conferência de Abertura: O legado de Marx para o debate acerca do projeto de educação da classe trabalhadora

Prof. Justino de Sousa Júnior (UFC)

14h às 17h - Mesa 2: As contrarreformas na educação e a disputa pela formação: o currículo e a valorização

Profa. Ana Carolina Galvão Marsiglia (UFES)

Profa. Camila Lima Coimbra (UFU)

Tarde

18h30min – Lançamento da Cartilha “Combatendo os assédios moral, sexual e outras violências” e apresentação da campanha “Sou Docente Antirracista”

19h às 21h - Mesa 3: A mercadorização/financeirização da educação e o processo de privatização das escolas no Brasil

Profa. Márcia Aparecida Jacomini (UNIFESP)
Prof. Roberto Leher (UFRJ)

5 de abril

Manhã

9h às 12h - Mesa 4: Plano Nacional de Educação: defesa do financiamento público para a educação pública
Prof. Emerson Duarte Monte (UEPA)
Profa. Maria Vieira da Silva (UFU)

Tarde

14h - Lançamento do Documento “Deliberações do 15º CONAD Extraordinário: Diretrizes Gerais da Carreira Docente”
14h30 às 16h - Grupos de Trabalho
16h às 17h - Plenária de Encerramento

SÍNTESE DOS DEBATES

A construção do projeto classista de educação e o enfrentamento às contrarreformas neoliberais

Conferência de abertura: O legado de Marx para o debate acerca do projeto de educação da classe trabalhadora.
Prof. Justino de Sousa Júnior (UFC)

Após a Conferência, foram abertas para 9 inscrições. As contribuições caminharam na direção da liberdade do ensino, prevista na LDB; da educação empreendedora; da atualidade da produção de Marx para a educação; da formação humana; das contribuições freirianas para a educação; de como traduzir o projeto classista de educação para a educação brasileira, imersa na América Latina; da financeirização da educação superior; da ontologia do ser social; da instrução e trabalho a partir da reforma do ensino médio e da reforma trabalhista; educação e formação de intelectuais; e dos legados de Marx para ser apropriado na atual conjuntura.

Mesa 2: As contrarreformas na educação e a disputa pela formação: o currículo e a valorização.

Profa. Ana Carolina Galvão Marsiglia (UFES)
Profa. Camila Lima Coimbra (UFU)

Após as falas iniciais, de 40 minutos, foram abertos blocos de falas para a debate. Os questionamentos foram feitos no campo do currículo, com falas sobre a fragilidade do debate do currículo em alguns cursos de licenciatura, assim como o debate do currículo em cursos de bacharelado, em que a formação pedagógica é frágil, com foco para as ciências da saúde. Perpassou pela organização da teoria pedagógica a partir da Pedagogia Histórico-Crítica; críticas ao ENADE das licenciaturas; economia política da educação; revogação da BNCC e da BNC-Formação; o lugar do ANDES-SN na construção da política educacional; e as ações do FNE na política educacional.

Mesa 3: A mercadorização/financeirização da educação e o processo de privatização das escolas no Brasil.

Profa. Márcia Aparecida Jacomini (Unifesp)
Prof. Roberto Leher (UFRJ)

Após as falas, o plenário fez intervenções com foco no aprofundamento dos oligopólios da educação superior no país, centralizando grande parte das instituições de ensino superior do setor privado em poucos grupos dirigentes, com ampla ação desses grupos sobre o uso do fundo público para a ampliação de suas taxas de lucro, a exemplo do PROUNI e FIES. Abordou-se, também, a existência desse processo na educação básica pública, a partir dos contratos de gestão realizados, principalmente, pelas prefeituras junto com o setor privado, ganhando forma em alguns estados, a exemplo de São Paulo, e do quanto isso apresenta potencial para impulsionar a precarização e a intensificação do trabalho docente e de técnicas(os) em educação.

Mesa 4: Plano Nacional de Educação: defesa do financiamento público para a educação pública.

Prof. Emerson Duarte Monte (UEPA)
Profa. Maria Vieira da Silva (UFU)

Após as falas, foram feitas intervenções relacionadas ao fundo público; à destinação de receitas para o financiamento público para a educação pública; à mobilização da sociedade para essa pauta; submissão da política fiscal à política monetária, com o combate à inflação; ao arcabouço fiscal e a limitação do crescimento das despesas para educação; à mudança de cenário da relação legislativa e executiva por meio das emendas parlamentares; às mobilizações nacionais e locais em defesa do financiamento público para o setor público; disputa dos espaços da política para a defesa do financiamento público da educação pública; à formação de frente ampla para disputar o novo PNE, a partir do acúmulo histórico e dos acordos políticos existentes, à disputa a renúncia fiscal nos estados; além do debate sobre a universidade pública e gratuita em risco.

Grupos de Trabalho – Plenária de Sistematização:

Grupo de Trabalho 1 – Criminalização das lutas da Classe Trabalhadora.

Ementa: A defesa dos direitos sociais conquistados pelas distintas organizações da classe trabalhadora na década de 1980, tais como o direito à saúde, à educação, à moradia, à terra, à cultura e ao lazer, entre outros, passa a ser tratada como privilégio, de modo que

as lutas travadas pelas organizações da classe trabalhadora para a sua efetividade, por meio das políticas sociais, são criminalizadas com o objetivo de negá-las como direitos sociais a todas e todos e, de outro modo, afirmar a sua oferta pelo setor privado, como mercadoria. As lutas travadas pelas organizações da classe trabalhadora, as formas de resistência e as ações unitárias do conjunto da classe devem ser objeto de debate.

Síntese: Lutar contra a criminalização das greves das Universidades Estaduais em 2024. Lutar contra a criminalização das(os) docentes da Educação Física da UFPE. Importância de as pautas populares serem discutidas na universidade. Incentivo a criação de ouvidorias femininas e raciais nas instituições de ensino superior. Entrecruzamento das lutas sindicais e dos movimentos sociais, indígenas e quilombolas. Importância da criação da Comissão de Enfrentamento à Criminalização de Docentes (2018) e da Comissão de Combate ao Assédio (2019) do ANDES-SN. Acompanhamento dos casos de perseguição ao direito à liberdade de cátedra (exemplo mais recente da UNB). Sugestão: criar protocolos de garantias de liberdade de ensinar e de cátedra às(aos) docentes e contra a perseguição nas instituições a partir da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN, para que sirvam de modelo para às seções sindicais apresentarem nas suas instâncias internas para aprovação.

Grupo de Trabalho 2 – O Projeto de Educação para a Classe Trabalhadora: propostas em disputas.

Ementa: Debater o atual estágio de desenvolvimento da política educacional e como a construção histórica de projetos de educação, oriundos dos espaços construídos pela classe trabalhadora brasileira, estão presentes. Avaliar o espaço conquistado pelos projetos de educação da classe trabalhadora nos locais de construção da política educacional e de que modo é possível avançar na defesa e implementação dos elementos constitutivos dos projetos de educação construídos pela classe trabalhadora.

Síntese: Impulsionar a formação político-sindical. Garantir espaços de formação e fortalecimento político da categoria docente, a partir do GTPE e do GTPFS, no sentido de conquistar o apoio da base na construção coletiva do projeto de educação contra o capital.

Unidade da classe: articulação a partir da CONEDEP e do fortalecimento de fóruns populares para a construção do 4º ENE ou outros instrumentos de luta e mobilização.

Grupo de Trabalho 3 – Adoecimento Docente no ambiente de trabalho.

Ementa: Discutir a sobrecarga e as precárias condições de trabalho docente como temas preocupantes para a categoria. Docentes de Universidades e Faculdades Públicas, Institutos Federais e CEFETS têm enfrentado desafios em suas rotinas, como o produtivismo, aumento na quantidade de tarefas, carga horária extensa, falta de recursos e de condições de trabalho adequadas. Além disso, a pandemia de Covid-19 e, consequentemente, o trabalho remoto emergencial, por meio da plataformização do trabalho docente, acelerou o processo de adoecimento. Nessa lógica, o descanso necessário, muitas vezes, tem sido desconsiderado. A sobrecarga tem ocasionado problemas de saúde física e mental às e aos docentes, além de outras doenças. É fundamental que o GT reflita e traga também ações que possam solucionar ou, ao menos, amenizar essa situação.

Síntese: A Pesquisa sobre o adoecimento docente, realizada no âmbito do GTSSA, deve dialogar com o GTPE, pois a enquete trata sobre condições de trabalho e adoecimento

docente. Sensibilizar as seções sindicais para avançar na política de enfrentamento dos assédios e o protocolo pode contribuir nesse combate. Necessidade de concurso público para docentes e técnicas(os), pois as(os) docentes estão sobre carregadas(os) com o trabalho acadêmico e administrativo. Estratégia de não pegar disciplinas para forçar o governo a realizar concurso público e dizer não as mais diversas demandas. Tempo dedicado à militância é um tempo de trabalho, não reconhecido pelas instituições e mesmo pela categoria e que contribui para a intensificação e adoecimento docente. É preciso reconhecer nossos limites. Eventos do ANDES-SN (CONAD e Congresso) devem ser repensados para não provocar mais adoecimento.

Grupo de Trabalho 4 – Por uma Educação Antirracista.

Ementa: A sociedade brasileira, historicamente, tem sido marcada por processos discriminatórios, tais como políticas públicas que foram adotadas com a finalidade de promover o branqueamento da população e, por conseguinte, a eliminação simbólica e material da presença das negras e dos negros em nosso país. Esse processo reverbera também na educação, espaço do qual os negros e negras se encontram ainda alijados(as). São recentes as ações políticas que abarcam as questões étnico-raciais, muitas delas materializadas em ordenamentos legais. Reconhecer os processos de preconceitos e discriminações que ainda são vivenciados em nosso país e propor ações para o enfrentamento do racismo e das desigualdades raciais, ou seja, uma educação antirracista é a função precípua deste GT.

Síntese: Que o GTPE, em fortalecimento da campanha Sou Docente Antirracista, produza debates sobre o cumprimento da Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008, principalmente no tocante dos currículos de formação das(os) professoras(es), de modo a incorporar a Educação para as Relações Étnico-Raciais para todo o ensino superior, além da educação básica, técnica e tecnológica. Que o GTPE produza discussões sobre a aplicação da lei de cotas raciais para ingresso de discentes nos/nas colégios/escolas de aplicação e colégios técnicos, dentre outras unidades de ensino básico, técnico e tecnológico vinculadas às instituições de ensino.

Grupo de Trabalho 5 – Mercadorização da Educação: um projeto em andamento.

Ementa: No processo de privatização e financeirização da educação, destaca-se a natureza das estratégias articuladas e que são centrais ao nosso debate:

- (1) A mercantilização, como processo pelo qual a educação é subsumida à forma e à lógica do capital, da mercadoria;
- (2) A mercadorização, processo pelo qual a educação é transformada em nicho de mercado, tanto a educação escolar em si quanto o processo pedagógico e seus elementos subjacentes;
- (3) A subsunção da educação ao empresariado, processo no qual o empresariado assumiu a direção moral e intelectual dos espaços educacionais público e privado. É preciso propor e avançar na unidade de construção de uma educação para além do capital, na resistência e com alternativas concretas. Precisamos pensar na escola comunal, organizada a partir da gestão de trabalhadoras(es) da educação, estudantes e trabalhadoras(es) em geral.

Síntese: Frentes de enfrentamento a mercantilização e às privatizações, em suas diversas formas, organizadas em unidade com a Educação Superior, Educação Básica, docentes, estudantes e TAEs, com diversos sindicatos e movimentos da educação, a exemplo do FEDEP, FEPERJ, CONEDEP, considerando também a internacionalização da luta, e com

sindicatos de trabalhadoras(es) em geral. Organizar materiais de denuncia das experiências de empreendedorismo e de privatização, desde a educação infantil até a pós-graduação. Fazer a denúncia do Conselho Nacional de Educação. Denunciar também o setor privado. Dar visibilidade à sociedade. Arguir qual a política econômica do país. Utilizar os dados que o ANDES-SN já possui e usá-los nessas denúncias. Discutimos a inércia no cenário atual e propomos a necessidade de mobilizar as bases. Sugerimos ampliar a formação política da base e da sociedade, nas feiras, nas praças, nos movimentos de rua. Corpo a corpo nas ruas, nas praças. Mostrar experiências com outras práticas na Universidade. Experiências que rompam com a lógica neoliberal, com o NEM, a BNCC, a BNC-Formação Continuada, as DCN. Dar continuidade ao levantamento dos processos de privatização da educação. Criação do Observatório Nacional da Privatização da e na Educação Brasileira, com banco de dados compartilhados entre pesquisadoras(es). Proposta conjunta com o GT Verbas e Fundações.

Grupo de Trabalho 6 – PNE e Financiamento Público para a Educação Pública: propostas e desafios.

Ementa: Avaliar o percurso histórico de elaboração do Plano Nacional de Educação, tendo como ponto de partida o Projeto da Sociedade Brasileira, oriundo do II Congresso Nacional de Educação, de 1997, a partir da concepção de financiamento presente nesta construção. Realizar análise do atual estágio de desenvolvimento da política de financiamento público presente no PNE vigente e no Projeto de Lei, em conjunto com os desafios que estão colocados para a efetivação do financiamento público, na perspectiva da garantia da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Síntese: Defesa do financiamento público para a educação pública. Realização de reforma tributária progressiva. Lutar contra o fim da vinculação constitucional para o financiamento para saúde e educação. Defender a redução do gasto com a dívida pública e com a sua auditoria. Produção de material robusto e didático sobre os 10% do PIB para a educação pública, já antecipando argumentos falaciosos contra a proposta. Produção de um vídeo ou documentário sobre os 10% do PIB para a educação pública. Possibilidades de luta:

- a) Campanha de conscientização e mobilização, tendo, por exemplo, uma semana de lutas;
- b) Unidade de ação, por meio da construção de fóruns e uma frente ampla;
- c) Ações diretas e de protesto, como manifestações, greve, paralisação e ocupações;
- d) Articulação política, incluindo incidência sobre parlamentares;
- e) Formação e capacitação;
- f) Apoio, como construção de uma rede de apoio à educação e a solidariedade internacional;
- g) Monitoramento, como a implementação de um observatório.

Grupo de Trabalho 7 – Valorização do Magistério e projeto de Formação Docente na contemporaneidade.

Ementa: Vivemos, na contemporaneidade, um movimento de polarização. O mesmo sistema que promove a modernidade técnica e científica gera o aprofundamento da exclusão social. Em alguns aspectos, vivenciamos um retrocesso sem precedentes, a formação de professoras(es) é um exemplo. É necessário salientar que a formação de professoras(es) no Brasil tem se dado em cursos EAD e em instituições privadas. Cabe

register os desafios a serem enfrentados como o desinteresse pela docência e o alto índice de abandono dos cursos. Resultantes das políticas educacionais adotadas nos últimos anos, mas também do processo de desvalorização do magistério. No âmbito do sindicato é nossa função defender um projeto de desenvolvimento nacional, comprometido com um projeto de sociedade que supere as históricas marcas da desigualdade social, ainda muito presentes na sociedade brasileira. Esse GT visa discutir esses e outros aspectos que perpassam a valorização e formação docente e apontar ações para o GTPE na direção de um projeto que vise a superação desses problemas.

Síntese: Esvaziamento das licenciaturas/universidades: baixa procura e alta evasão; políticas de permanência (realizar mapeamento). Projeto institucional de formação de professores. Aprofundar a discussão sobre plataformização, bolsificação e a Resolução nº 04/2024, na perspectiva da autonomia docente. Buscar o diálogo e a unidade com os docentes da Educação Básica.

Grupo de Trabalho 8 – O projeto de militarização das escolas no Brasil.

Ementa: Em 2019, foi criado o Programa Nacional de Escolas Cívico Militares (PECIM), pelo governo federal, que permitia a transformação de escolas públicas para o modelo cívico-militar. Aproximadamente 200 escolas de todo país aderiram ao programa, representando 0,1% das escolas. Mesmo com essa parcela mínima, a verba prevista, para 2022, era de 64 milhões, muito maior que outros projetos do MEC. Entre 2020 e 2022, o orçamento do Programa quase triplicou. Em 2023, o atual governo encerrou o projeto, mas estados e municípios criaram projetos similares, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Tocantins. É necessário reforçarmos nossa luta contra a militarização da educação pública brasileira e avançarmos na construção de estratégias e espaços de articulação com as demais entidades para combater as escolas cívico-militares.

Síntese: Os diversos projetos de militarização estão ligados a alguns fatores, o histórico da ditadura militar no país e a ofensiva da extrema direita contribuem para o aumento dessas escolas. Os motivos da adesão por uma parte da educação estão relacionados a fatores complexos, mas podemos destacar a violência nas escolas e o desejo pela qualidade da educação. A questão é que a militarização das escolas não resolve essas questões, pelo contrário, agrava. Esse projeto faz parte da reforma empresarial da educação e mantém a desigualdade social. Junto ao governo federal - não basta não ter mais o projeto do MEC, é preciso não permitir que estados e municípios usem dinheiro público para financiar esses projetos. Lutar contra esses projetos nas câmaras municipais e assembleias legislativas. Unidade com movimentos sociais, sindicatos da educação básica e movimento estudantil na luta contra esses projetos.

Grupo de Trabalho 9 – Desafios da graduação e da pós-graduação. Novas tecnologias no Ensino Superior: limites e possibilidades.

Ementa: Abordar os seguintes aspectos do tema:

1. Desigualdades sociais e dificuldades na permanência de estudantes na graduação e pós-graduação;
2. Ensino híbrido e ensino à distância: inovação e/ou restrição de experiências formativas?
3. Dependência tecnológica, (in)segurança cibernética e desigualdades sociais na utilização de novas tecnologias da informação e comunicação: democratização ou barateamento do ensino superior?

4. Produção do conhecimento, produtivismo e individualismo na graduação e pós-graduação;
5. Papel dos cursos de graduação e pós-graduação na sociedade brasileira no tempo presente (financiamento, estrutura e finalidades).

Síntese: Restrição de bolsas para estudantes da pós-graduação. A bolsa para estudantes tem sido um problema individual e é preciso questionar e modificar essa realidade. As(Os) estudantes não têm férias e a conexão entre formação na pós-graduação e as condições de trabalho na educação no estado e no município. As(Os) estudantes da pós-graduação também apresentaram suas dificuldades para atender as exigências de produtividade, especialmente para publicações. Foi discutido que é preciso construir outra(s) possibilidade(s) para as(os) professoras(es) da educação superior, especialmente nas instituições públicas de ensino. Deve ser um(uma) acadêmico(a) ou intelectual que seja capaz de produzir conhecimento vinculado com as necessidades sociais, especialmente com movimentos sociais que busquem concretizar justiça social. Ensino, pesquisa, extensão e gestão são trabalhos que podem ser compreendidos como atividade coletiva e não como atividade individual. O(a) professor(a) não pode ser um(uma) profissional que se guie pelo produtivismo e pelo empreendedorismo acadêmico que é central na pós-graduação nos dias atuais. A graduação e o ensino não podem ser secundarizados. Precisamos confrontar o atual modelo excludente da CAPES, do CNPq e das fundações estaduais de apoio à pesquisa.

Brasília (DF), 16 de outubro de 2025.

Diretoria do ANDES-SN